

NAS LUTAS, NAS RUAS E NA AÇÃO DIRETA: RETOMAR O PROTAGONISMO DAS/OS TRABALHADORAS/ES

Esta tese foi elaborada conjuntamente por trabalhadoras, trabalhadores e coletivos que, nos últimos anos, se aproximaram na luta, pela necessidade do debate e ações políticas da categoria dos municipais. Nosso objetivo é contribuir para a reflexão, a armação da resistência para o próximo período e para as lutas que teremos que travar.

Da globalização da crise à crise da globalização

A crise mundial do capitalismo aberta em 2007/2008 ainda não foi superada. As perspectivas para 2019 são de desaceleração e inclusive com a possibilidade de recessão global. Na América Latina, o processo de crise se intensifica com a baixa dos preços do petróleo e dos minérios no mercado internacional. A perspectiva é de baixo crescimento, quase estagnação, uma brutal recessão na Venezuela com queda de 15% do PIB só em 2018, a Argentina segue em crise, o México e o Brasil com projeção de baixo crescimento.

O termo globalização esconde a dominação imperialista, a divisão mundial do trabalho, a opressão impiedosa sobre os povos de todo planeta e os lucros baseados na superexploração da classe trabalhadora em nível mundial. Diante da crise mundial do capitalismo, o número de refugiados e deslocados pela fome, pobreza ou governos tiranos aumentou para 65,6 milhões de pessoas em 2016. É a maior crise migratória desde o pós-Segunda Guerra Mundial.

O governo Trump criminaliza os imigrantes, dentro e fora dos Estados Unidos, incentiva a xenofobia e o nacionalismo da “supremacia branca” para dividir a classe trabalhadora e esconder as verdadeiras causas da pobreza e crescente superexploração dos trabalhadores estadunidenses.

No Brasil, o governo Bolsonaro segue a mesma linha política nacionalista de ataque aos imigrantes, trabalhadores pobres que migram para garantir a subsistência de suas famílias. Na campanha eleitoral utilizou do nacionalismo para atacar em especial aos venezuelanos que atravessam uma profunda crise, enfrentam a fome, a penúria e o desemprego, a dura repressão provocada pela política imperialista contra a qual lutam desde 2017. Mais de 127 mil venezuelanos já se refugiaram por aqui.

Os grandes bancos internacionais e seus organismos, como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), jogam a crise nas costas dos trabalhadores e da juventude. Através de políticas de ajuste que exigem a retirada de direitos, reprimem nossas lutas e tornam cada vez mais difícil a vida em nível global.

Nesse cenário devastador, cabe ressaltar a luta da classe trabalhadora internacional. Na França, em novembro de 2018, eclodiu a fortíssima luta dos “coletes amarelos” que apesar de suas contradições, apresenta pautas que representa a classe trabalhadora. A partir do enfrentamento com a polícia em Paris, a luta se espalhou pela França, sendo este o estopim de um processo de mobilização que trouxe à tona outros problemas sociais.

Outro exemplo é o grande ascenso da luta das mulheres trabalhadoras em nível mundial. Para além de suas questões específicas, elas têm pautado as reivindicações do conjunto da classe uma vez que esse é o segmento mais atingido pelos ajustes fiscais.

É hora da classe trabalhadora do Brasil reagir aos retrocessos!

A eleição de Bolsonaro fortalece um pólo reacionário e conservador, um governo de extrema direita aliado às Forças Armadas. Representa um projeto de subordinação ao imperialismo ultra-liberal tal como Pinochet (Chile) e Thatcher (Inglaterra), que defende a expansão da fronteira agrícola e da mineração, arrebenta com quilombolas, indígenas, camponeses pobres e destrói com o meio ambiente. Impõe um novo patamar de exploração, de precarização do trabalho, rebaixamento de salários e aposentadorias, a ampliação da miséria e da barbárie.

O Brasil possui 13,1 milhões de trabalhadores desempregados. Há outros 14,8 milhões de trabalhadores subutilizados que somam um contingente de 27,9 milhões de pessoas — um novo recorde na série iniciada em 2012. Entre os empregados, 43% estão na informalidade sem carteira assinada, sem décimo terceiro, férias, sem direitos.

A situação tende a piorar, pois os principais alvos do governo Bolsonaro, junto com Paulo Guedes e seus ministros, têm sido a retirada de direitos dos trabalhadores (como a carteira de trabalho verde-amarela), a Reforma da Previdência, as privatizações, a concessão de aeroportos e da base de Alcântara para os EUA, o ataque à livre organização e a implementação de uma política conservadora regida pelas bancadas evangélica, do agronegócio e da bala. Todo dia somos bombardeados com ameaças aos direitos da classe trabalhadora, crimes ambientais, assassinatos, feminicídios, LGBTfobia, corrupção e desmandos das mais diferentes ordens.

Bolsonaro é totalmente subserviente ao capital e ao empresariado que nos explora e saqueia as nossas riquezas. Bem se vê na defesa dos investidores da Vale, mesmo com a tragédia criminosa de Brumadinho que assassinou mais de 300 pessoas e devastou a região.

Ao mesmo tempo, trava uma luta ideológica de extrema direita com tentativa de censurar a história do país e atacar o modo de vida (sexualidade, gênero), com projetos como o “Escola Sem Partido” e ao que chamam de “marxismo cultural” (perseguição a todos os opositores).

O discurso da “nova política” caiu por terra logo após a eleição. Os Ministérios são uma verdadeira quadrilha, onde mais da metade dos ministros respondem a denúncias ou inquéritos por corrupção, além da relação estreita do governo Bolsonaro e sua família com as milícias cariocas envolvidas no assassinato de Marielle e Anderson, com a queda dos prédios em Muzema (RJ), entre outros. Para agravar a situação, o discurso de ódio e violência incita e autoriza o extermínio da classe trabalhadora, principalmente, negra e periférica.

Cabe lembrar que não podemos caracterizar os 57 milhões de eleitores de Bolsonaro como conservadores com inclinação fascista em sua totalidade. Entre eles há muitos votos de trabalhadores/as descontentes com os rumos da política partidária tradicional. Está na ordem do dia buscar esses setores para construir o caminho da luta da classe trabalhadora.

A organização da resistência ao governo Bolsonaro iniciou com o #EleNão, pelo protagonismo das mulheres, em especial as da classe trabalhadora. O apoio popular que o elegeu recuou a partir dos escândalos que vieram à tona após sua posse. Atualmente, tem a pior avaliação para um presidente em início de primeiro mandato. Segundo o Datafolha, em abril 30% dos brasileiros consideraram o governo de Bolsonaro ruim ou péssimo. Essa resistência se expressou também após a eleição do governo como demonstrado no Carnaval e nas mobilizações do 8M (dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras), no 14/03 (Justiça para Marielle e Anderson) e 22/03 (Ato contra a Reforma da Previdência).

Precisamos seguir trilhando o caminho da ação direta para derrotar a reforma da previdência e os demais ataques do governo e construir a Greve Geral com todos os setores dispostos a lutar e que tenham compromisso com a classe trabalhadora.

Temos o dever de lutar por nossa aposentadoria! A Previdência já foi alvo de reformas em todos os governos, desde FHC, Lula, Dilma e Temer. A cada reforma, os trabalhadores e o povo pobre ficam com menos direitos, enquanto políticos profissionais, juízes e militares mantêm seus privilégios e o dinheiro da Previdência é desviado para banqueiros. Nossa principal tarefa

neste momento, é **organizar a GREVE GERAL para derrotar de vez a Reforma da Previdência**, que pretende privatizar a Previdência! Precisamos parar o país, das indústrias aos transportes, tomar as ruas e defender o direito de nos aposentar ainda vivos!

Nelson Marchezan Jr. e Eduardo Leite: tucanos do mesmo ninho

Os governos nacional, estadual e municipal estão alinhados com o projeto neoliberal de sucateamento e privatização dos serviços públicos, de desresponsabilização do Estado em relação às políticas públicas, ao mesmo tempo de precarização dos servidores/as, seus salários e carreira. O tão falado “ajuste fiscal” é uma forma de seguir pagando os juros da dívida pública com os bancos, dívida esta que já foi paga e é uma falácia a serviço do lucro do setor financeiro.

Em Porto Alegre, o governo Marchezan (PSDB) segue a mesma **política privatista** de desmonte do serviço público: não investe na cidade, não utiliza e perde verbas federais, quer entregar a Carris para a iniciativa privada, privatizar e terceirizar a qualquer custo serviços de saúde, educação, assistência social, SMAMS, limpeza urbana, SMOV e o DMAE (que gera lucro para a Prefeitura). Ou seja, quer privatizar mesmo que isso acarrete em prejuízo para a Prefeitura.

Após dois anos deste governo fica nítido o quão nefasto foi a reforma administrativa que fechou secretarias e departamentos como o DEP e sucateou o DMLU, ao mesmo tempo que ampliou a precarização das relações de trabalho via contratações de temporários e terceirizados. Com isso, cria uma realidade de trabalhadoras/es superexploradas/os que não tem a garantia nem mesmo do pagamento do seu salário e demais direitos trabalhistas.

Ao mesmo tempo que **retira direitos dos trabalhadores, amplia as renúncias fiscais a empresários** (perdão de dívidas e de pagamento de impostos). Em 2018, concedeu *aos amigos* R\$ 20 milhões e, este ano, quer deixar de cobrar R\$ 46 milhões em impostos, o que mostra o seu compromisso com os empresários do transporte e do setor imobiliário, entre outros.

Com as/os trabalhadoras/es municipais não possui diálogo. Pelo contrário, hostiliza e insulta, se utiliza do discurso sobre a crise econômica para atacar os trabalhadores e a população que depende dos serviços públicos. Porém, em 2018, aumentou para 34 milhões as despesas com propaganda e concedeu renúncias fiscais milionárias a empresários. **Por dois anos conseguimos barrar os Projetos de Lei que arrochavam salários e destruíam o plano de carreira dos/as servidores/as municipais.** Em 2019, com uma política de conchavos, Marchezan consegue apoio de 24 vereadores que aprovaram o PLCE 02/2019.

Com a entrada de Marchezan no Paço Municipal, **os ataques aos serviços públicos e aos trabalhadores se aprofundaram**. Já no dia 2 de janeiro de 2017 tivemos o primeiro enfrentamento com o governo Marchezan e seus aliados na Câmara Municipal, com a **aprovação da reestruturação administrativa**, onde fomos, pela primeira vez, reprimidos violentamente pela Guarda Municipal. Inaugurou-se também a prática de “**cadastramento**” **dos trabalhadores para ingresso no plenário** com aval da atual diretoria do SIMPA. Em seguida, a **imposição da Nova Rotina Escolar** para a SMED representa a redução do investimento na educação, a intensificação do trabalho para os trabalhadores da educação e o impacto na nossa organização enquanto categoria, com a retirada das reuniões pedagógicas, o aumento do número de períodos, a hora-atividade dentro da escola (HADE) e a implementação dos pontos-eletrônicos como instrumento de assédio moral sobre os trabalhadores.

Tivemos também a **criação do POAPREV**, previdência complementar capitalizada (semelhante à proposta do SAMPAPREV encaminhada pelo então prefeito de São Paulo, Haddad, e implementada por João Dória) e o **aumento da alíquota previdenciária** de 11% para 14%. Isso tudo em um cenário em que não tivemos nenhuma reposição das perdas da inflação (previstas em lei), além do parcelamento dos salários e do 13º. Ao total, **somamos, hoje, cerca de 11,61% de perdas no período 2016-2019**.

Nosso cotidiano de trabalho é de **precarização, terceirização e cada vez menos trabalhadores concursados** com condições de prestar o serviço de qualidade, sem nenhuma perspectiva de nomeação de novos concursados. O objetivo é claro: **sucatear para privatizar!** Realidade das secretarias como SMOV, SMAM, SMS, FASC, DMLU, DMAE e tantas outras. Vale destacar que, em Porto Alegre, temos a **primeira escola de ensino fundamental com atividade fim totalmente terceirizada**. Além da proposta de **privatização dos pronto-atendimentos da Bom Jesus e Lomba do Pinheiro e dos hospitais HPS e HMIPV**. Essas ações prejudicam a nós e aos demais trabalhadores que acessam os serviços municipais e se constituem como um verdadeiro crime, tanto por atingir à população, quanto por não atender a legislação que prevê o atendimento estatal para as áreas da saúde e educação.

Marchezan discursa sobre caos nas finanças, mas não comprova junto ao Tribunal de Contas os dados do caixa da Prefeitura. Apresentou números inconsistentes com projeção de *déficit* financeiro de 708 milhões que desmentiu posteriormente com os balanços publicados pela Secretaria Municipal da Fazenda no Diário Oficial de fev/2019 que demonstraram *superávit* de

366 milhões em 2018. **Marchezan ampliou sua base na Câmara de Vereadores** através de negociatas e compra de votos e aprovou o PL 002/2019 que destruiu com nossa carreira!

Reorganizar a luta em nossa categoria

Assim como Marchezan não parou de nos atacar, **nós também fomos incessantes**. Fizemos greves em todos os anos do governo Marchezan, o que demonstra a grande **disposição de luta** da nossa categoria, que sempre responde prontamente aos chamados à luta. O Congresso do SIMPA é um importante momento para **refletirmos sobre as nossas ações (acertos e erros) e nos organizarmos para o próximo período**.

Entendemos que o contexto de crise política e aprofundamento dos ataques à classe trabalhadora, possibilitou a ascensão de Marchezan e facilitou que ele tomasse as medidas contra nossa categoria. Entretanto, a **errada caracterização por parte da direção do SIMPA sobre seu governo**, identificando um governo ultraliberal como “fascista” e muito forte, espalhou medo e confusão na categoria. Para nós, não se trata de um pequeno erro, pois é a partir desta caracterização que se define o formato das lutas a serem travadas.

A partir daí, a direção do SIMPA **priorizou o aval e o amparo jurídico em detrimento das ações e decisões da categoria**. Um bom exemplo foi em 2017 quando o SIMPA buscou um acordo judicial sobre a greve sugerindo os quantitativos de todos os serviços a serem prestados, antes mesmo do governo acionar a justiça, o que **limitou o alcance da nossa greve**, em especial nos serviços essenciais - este acordo exigiu a manutenção do atendimento de 100% dos serviços essenciais com, no mínimo, 50% da força de trabalho. Tudo isto foi feito sem consultar a categoria.

A concepção de legalidade extrema em nossas greves (principal ferramenta da classe trabalhadora), limitou ações fundamentais do nosso movimento, tais como piquetes, ocupações, passeatas e demais práticas que dão sustentação e visibilidade às greves. Em muitos momentos, o objetivo da greve era o de se manter na legalidade **e não o de derrotar o governo**. Com isso, fomos **embretados na Câmara de Vereadores**, desviando o objetivo principal de derrotar Marchezan para pressionar os vereadores. A partir daí, foi só uma **questão de tempo** para Marchezan aprender a “lidar” com os vereadores e arrancar os nossos direitos.

Assim como a justiça **moldou o formato de nossas greves**, o foco único e exclusivo de pressionar vereadores também o fez, pois, deste modo, deveríamos realizar greve apenas nos

momentos em que havia possibilidade de votação dos PL's na Câmara. Assim, a diretoria foi consolidando greves que não prejudicam o atendimento, não paralisam a cidade, com dia e hora para terminar, sem organização para começar, muito menos negociação para encerrar. Em resumo, **uma greve que não atrapalha os negócios do patrão.**

Enquanto o governo intensifica os mecanismos de assédio e perseguição aos trabalhadores, a diretoria do SIMPA esvazia os espaços democráticos de participação, formação e tomadas de decisão, haja visto, entre outros, a **tentativa de fazer comando de greve sem o voto dos grevistas.**

Entendemos que uma das principais tarefas para o próximo período é **fortalecer o espaço democrático e participativo dos fóruns de decisão da categoria e assim retomar o protagonismo das/os trabalhadoras/es nas lutas, nas ruas e na ação direta!**

Resoluções Conjuntas:

- Defendemos a urgência em organizar a GREVE GERAL para derrotar Reforma da Previdência na sua totalidade - DIREITO NÃO SE NEGOCIA!
- Construir plenárias abertas, em conjunto com os movimentos sociais, amplamente divulgadas para os trabalhadores e a população sobre a Reforma da Previdência;
- Articular junto às Centrais Sindicais, movimentos sociais e estudantis a construção da Frente Única de ação para a luta contra a Reforma da Previdência;
- Somos contra o atrelamento do SIMPA a partidos, a favor da autonomia e independência do movimento sindical em relação aos partidos e aos governos;
- Intensificar o debate e a formação contra as opressões para categoria;
- Defendemos a paridade na direção para mulheres;
- Liberdade de expressão nos espaços da categoria;
- Unidade de ação frente aos ataques dos governos nacional, estadual e municipal;
- Defendemos a organização da autodefesa dos trabalhadores e o fundo de greve;
- Somos a favor da democracia dos trabalhadores com respeito ao pluralismo de idéias, pela organização a partir dos locais de trabalho (CORES); pelo funcionamento do comando de greve aberto, com voz e voto a todos os GREVISTAS;

- Somos críticos às táticas da atual diretoria: ações de meio turno, saída prioritária jurídico-parlamentar, atos de rua com limitações, descumprimento das deliberações da categoria em seus fóruns de encaminhamento;
- Criação de espaços para a qualificação e formação política das/os trabalhadoras/es que estão na representação dos CORES nos diversos locais de trabalho;
- Respeito às divergências e críticas dos coletivos e trabalhadores. É preciso saber juntar o que converge e não ignorar a divergência;
- Combater a precarização e terceirização em TODOS os locais de trabalho. Todos são importantes, mas, parece que há esforços diferenciados da direção. A privatização da assistência social é tão nefasta quanto a da saúde e quanto a da água, por exemplo;
- Utilizar o setor de comunicação do SIMPA para uma forte e constante denúncia das mentiras e inconsistência nos dados do governo Marchezan, apontando também a realidade de precarização dos serviços e dos trabalhadores que as terceirizações tem trazido;
- Criação da 20ª vaga na direção com a tarefa exclusiva de organização dos aposentados;
- Criação de uma secretaria específica para a organização dos trabalhadores terceirizados;
- Defendemos a imediata perda do mandato dos representantes eleitos pela categoria (diretores e Cores) que descumprirem as decisões coletivas tiradas nos fóruns dos trabalhadores;
- Defendemos o desligamento da ROMU do Simpa, por seu papel intensivo de repressão à luta dos trabalhadores.

Assinam esta Tese:

Alicerce

APS

CEDS

Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai

Combate

Democracia Com Lutas

Podemos Mais Municipári@s

Raiz - Movimento Cidadanista

Resistência - PSOL

Independentes:

Kate Lima

Raul Giacoboni

Simone Flores

Veridiana Farias